

# R&C2013: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

Demonstrações Financeiras e Anexos.....	1
Balanço .....	3
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	6
Demonstração de Resultados por Funções.....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 .....	13
8.1. Caracterização da Entidade .....	14
8.1.1. Identificação .....	14
8.1.2. Legislação .....	14
8.1.3 Estrutura organizacional efectiva.....	15
8.1.4. Descrição Sumária das Actividades .....	15
8.1.5. Recursos Humanos.....	16
8.1.6 Organização contabilística .....	17
8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados .....	18
8.2.2 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras .....	18
8.2.3 Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo .....	18
8.2.3.1 Critérios Valorimétricos utilizados .....	18

8.2.3.2 Métodos de cálculo utilizados.....	20
8.2.6 Movimento ocorrido nas contas de despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.....	23
8.2.7 Movimento do Activo imobilizado .....	23
8.2.12 Imobilizações corpóreas em curso.....	24
8.2.15 Bens do Domínio Público .....	25
8.2.18 Depósitos Bancários .....	25
8.2.23 Dívidas de Cobrança duvidosa .....	25
8.2.24 Dívidas activas e passivas com o Pessoal (valores em euros).....	26
8.2.26 Dívidas do estado em mora .....	26
8.2.31 Movimento ocorrido com provisões.....	26
8.2.32 Variação das contas de Fundos Próprios.....	27
8.2.33 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	28
8.2.35 Vendas e prestações de serviços por actividade e por mercados geográficos.....	29
8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros .....	29
8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários .....	30
8.2.39 Outras informações relevantes .....	30
a) Estado e Outros Entes Públicos.....	30
b) Dívidas a terceiros .....	31
c) Acréscimos e diferimentos.....	31
d) Fornecimentos e Serviços Externos .....	32
e) Custos com Pessoal .....	32
f) Remunerações dos membros dos órgãos sociais.....	32
g) Factos subsequentes à data de balanço .....	33
Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.....	34
2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:.....	35

# BALANÇO

**Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em euros)**

<i>Activo</i>	2013			2012
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. AJUST.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
<b>IMOBILIZADO:</b>				
<b>Bens de domínio público:</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	162.122,60	162.122,60	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos				0,00
Trespases				
Imobilizado em curso				
Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas				
	<b>162.122,60</b>	<b>162.122,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	14.559.087,04		14.559.087,04	14.559.087,04
Edifícios e outras construções	124.090.816,54	65.410.500,13	58.680.316,41	60.521.434,62
Equipamento básico	114.036.428,30	96.923.419,19	17.113.009,11	24.991.907,25
Equipamento de transporte	298.643,32	273.602,56	25.040,76	40.973,47
Ferramentas e utensílios	317.358,71	313.268,69	4.090,02	14.679,25
Equipamento administrativo	23.185.112,85	21.484.014,28	1.701.098,57	2.856.939,93
Taras e vasilhame	4.664,66	4.280,39	384,27	427,84
Outras imobilizações corpóreas	1.700.475,00	1.551.900,94	148.574,06	302.626,87
Imobilizações em curso	654.842,29		654.842,29	645.595,35
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas				
	<b>278.847.428,71</b>	<b>185.960.986,18</b>	<b>92.886.442,53</b>	<b>103.933.671,62</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00		0,00	0,00
Imobilizações em curso				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>CIRCULANTE:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	17.700.945,38	296.049,81	17.404.895,57	15.339.129,42
Mercadorias				
	<b>17.700.945,38</b>	<b>296.049,81</b>	<b>17.404.895,57</b>	<b>15.339.129,42</b>
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>				
Clientes C/C			0,00	0,00
Clientes e utentes de cobrança duvidosa			0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
Clientes c/c	8.517.973,44	7.953.407,18	564.566,26	9.883.210,73
Utentes c/c	27.495,44	25.357,18	2.138,26	22.116,82
Instituições do Ministério da Saúde	50.878.399,57	586.578,66	50.291.820,91	42.117.820,90
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	8.742.366,42	8.339.468,98	402.897,44	886.870,29
Adiantamentos a fornecedores	6.711.034,66	0,00	6.711.034,66	361.671,57
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	432.375,65	0,00	432.375,65	368.278,62
Outros devedores	12.713.173,99	1.978.059,76	10.735.114,23	24.519.978,23
	<b>88.022.819,17</b>	<b>18.882.871,77</b>	<b>69.139.947,41</b>	<b>78.159.947,16</b>
<b>Títulos negociáveis:</b>				
Outros títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
Depósitos em instituições financeiras	11.427.454,80		11.427.454,80	15.595.014,57
Caixa	8.043,42		8.043,42	26,91
	<b>11.435.498,22</b>		<b>11.435.498,22</b>	<b>15.595.041,48</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
Acréscimos de proveitos	19.336.834,12		19.336.834,12	17.192.911,89
Custos diferidos	406.823,78		406.823,78	516.152,93
	<b>19.743.657,90</b>		<b>19.743.657,90</b>	<b>17.709.064,82</b>
<b>Total de amortizações</b>		<b>186.123.108,78</b>		
<b>Total de provisões</b>		<b>19.178.921,58</b>		
<b>Total do activo</b>	<b>415.912.471,98</b>	<b>205.302.030,36</b>	<b>210.610.441,63</b>	<b>230.736.854,50</b>

## Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em euros)

	2013	2012
<b>Fundos próprios e passivo</b>		
<b>Fundos próprios:</b>		
Património	98.563.583,40	98.563.583,40
Reservas de reavaliação	5.178.847,06	5.178.847,06
Reservas:		
Reservas legais	871.963,04	871.963,04
Reservas livres		
Reservas de SPA	38.957.624,28	38.957.624,28
Reservas de EPE	204.671,16	204.671,16
Reservas contratuais		
Subsídios	11.669.319,72	11.669.319,72
Doações	6.716.465,49	6.615.034,59
Reservas decorrentes da transferencia de activos	6.605.748,30	6.605.748,30
Sub-total	168.768.222,45	168.666.791,55
Resultados transitados	-274.278.270,99	-236.562.622,02
Resultado líquido do exercício	-15.456.332,40	-40.861.151,97
<b>Total do capital próprio</b>	<b>-120.966.380,94</b>	<b>-108.756.982,44</b>
<b>Passivo:</b>		
Provisões para riscos e encargos	4.263.922,62	4.636.699,18
	<b>4.263.922,62</b>	<b>4.636.699,18</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>		
Fornecedores de Imobilizado		
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
Adiantamentos de clientes, utentes e instituições do Ministério da Saúde	359.635,02	360.457,96
Fornecedores c/c	156.854.418,90	156.435.596,17
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	10.408.275,04	9.920.867,49
Outros empréstimos obtidos	81.017.182,78	79.189.412,18
Fornecedores de imobilizado c/c	6.263.818,59	9.034.137,18
Estado e outros entes públicos	7.199.466,69	5.823.807,71
Outros credores	23.934.864,88	30.270.248,59
	<b>286.037.661,90</b>	<b>291.034.527,28</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
Acréscimo de custos	33.988.351,27	31.554.623,83
Proveitos diferidos	7.286.886,78	12.267.986,65
	<b>41.275.238,05</b>	<b>43.822.610,48</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>331.576.822,57</b>	<b>339.493.836,94</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>210.610.441,63</b>	<b>230.736.854,50</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

**Demonstração dos resultados por naturezas em 31/12/2013 (Valores em euros)**

	2013		2012	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
Custo mercadorias vendidas e matérias				
Mercadorias				
Matérias	135.847.672,52	135.847.672,52	137.862.231,15	137.862.231,15
Fornecimentos e Serviços externos	51.163.121,50	51.163.121,50	54.262.476,88	54.262.476,88
Custos com o pessoal				
Remunerações	172.212.893,55		170.663.992,07	
Encargos sociais:				
Pensões	692.411,65		543.800,57	
Outros	38.019.782,15	210.925.087,35	30.685.907,75	201.893.700,39
Amortizações do exercício	13.194.914,36		14.959.919,71	
Provisões do exercício	1.548.746,68	14.743.661,04	1.932.470,93	16.892.390,64
Outros custos e perdas operacionais	195.295,21	195.295,21	212.715,22	212.715,22
<b>(A)</b>		<b>412.874.837,62</b>		<b>411.123.514,28</b>
Custos e perdas financeiras	1.872.551,21	1.872.551,21	1.512.163,87	1.512.163,87
<b>(C)</b>		<b>414.747.388,83</b>		<b>412.635.678,15</b>
Custos e perdas extraordinárias	8.703.236,83	8.703.236,83	12.066.794,56	12.066.794,56
<b>(E)</b>		<b>423.450.625,66</b>		<b>424.702.472,71</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	50.198,41	50.198,41	32.611,81	32.611,81
<b>(G)</b>		<b>423.500.824,07</b>		<b>424.735.084,52</b>
Resultado Líquido do exercício		-15.456.332,41		-40.861.151,97
		<b>408.044.491,66</b>		<b>383.873.932,55</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas e prestações de serviços:				
Vendas	0,00		0,00	
Prestação de serviços	376.430.316,38	376.430.316,38	341.965.303,43	341.965.303,43
Trabalhos para a própria entidade		0,00		0,00
Proveitos suplementares	1.399.582,98	1.399.582,98	1.396.375,19	1.396.375,19
Transferências e subsídios correntes obtidos:				
Transferências correntes obtidos	100.863,14	100.863,14	6.545.295,81	6.545.295,81
De outras entidades		0,00		0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	17.210.066,86	17.210.066,86	15.575.653,96	15.575.653,96
<b>(B)</b>		<b>395.140.829,36</b>		<b>365.482.628,39</b>
Proveitos e ganhos financeiros	292.443,76	292.443,76	3.185.796,42	3.185.796,42
<b>(D)</b>		<b>395.433.273,12</b>		<b>368.668.424,81</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	12.611.218,54	12.611.218,54	15.205.507,74	15.205.507,74
<b>(F)</b>		<b>408.044.491,66</b>		<b>383.873.932,55</b>
<b>Resumo:</b>				
Resultados operacionais: (B)-(A) =		-17.734.008,26		-45.640.885,89
Resultados financeiros: (D)-(C) =		-1.580.107,45		1.673.632,55
Resultados correntes: (D)-(C) =		-19.314.115,71		-43.967.253,34
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =		-15.406.134,00		-40.828.540,16
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =		-15.456.332,41		-40.861.151,97

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES



**Demonstração dos Resultados por funções em 31/12/2013**

	2012	2013
VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	341.965.303,43	376.430.316,38
CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	143.744.489,12	141.117.559,85
<b>RESULTADOS BRUTOS</b>	<b>198.220.814,31</b>	<b>235.312.756,53</b>
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	23.517.324,96	18.710.512,98
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO		
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	25.440.162,74	26.077.390,06
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	241.938.862,42	245.679.887,70
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-45.640.885,89</b>	<b>-17.734.008,25</b>
CUSTO LIQUIDO DE FINANCIAMENTO		
GANHOS (PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADOS		
GANHOS (PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	1.673.632,55	-1.580.107,45
<b>RESULTADOS CORRENTES</b>	<b>-43.967.253,34</b>	<b>-19.314.115,70</b>
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	32.611,81	50.198,41
<b>RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS</b>	<b>-43.999.865,15</b>	<b>-19.364.314,11</b>
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	3.138.713,18	3.907.981,71
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		
<b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	<b>-40.861.151,97</b>	<b>-15.456.332,40</b>
<b>RESULTADOS POR ACÇÃO</b>		

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Metodo Directo**

**31.Dez.2012**

**31.Dez.2013**

**ACTIVIDADES OPERACIONAIS:**

Recebimentos de Clientes	422.767.375,75	389.227.109,90
Pagamentos a fornecedores	-276.738.868,93	-198.889.857,20
Pagamentos ao pessoal	-190.067.064,36	-212.020.739,45
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>-44.038.557,54</b>	<b>-21.683.486,75</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1.925,73	
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	47.123.503,66	21.982.533,53
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>47.121.577,93</b>	<b>21.982.533,53</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	52.115,31	10.938,96
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-25.086,65	-314.836,87
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>3.110.049,05</b>	<b>-4.851,13</b>

**ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:**

<b>Recebimentos provenientes de:</b>	<b>2.948.716,15</b>	<b>546.245,24</b>
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento		
Juros e proveitos similares	2.948.716,15	546.245,24
Dividendos		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	<b>-6.670.720,44</b>	<b>-4.644.927,66</b>
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	-6.670.720,44	-4.644.927,66
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>-3.722.004,29</b>	<b>-4.098.682,42</b>

○ Técnico Oficial de Contas

○ Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Metodo Directo

31.Dez.2012

31.Dez.2013

**ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:**

<b>Recebimentos provenientes de:</b>	5.614,82	21.570,90
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações	5.614,82	21.570,90
Venda de Unidades de Participação	-	
Cobertura de prejuízos		
Aplicações Financeiras (Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS)		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	-102.020,25	-77.580,61
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contractos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	-102.020,25	-77.580,61
Dividendos		
Redução de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
Aplicações Financeiras (Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS)		
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-96.405,43</b>	<b>-56.009,71</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>-708.360,67</b>	<b>-4.159.543,26</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo</b>	<b>16.303.402,15</b>	<b>15.595.041,48</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do periodo</b>	<b>15.595.041,48</b>	<b>11.435.498,22</b>

○ Técnico Oficial de Contas

○ Conselho de Administração

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

## 8.1. Caracterização da Entidade

### 8.1.1. Identificação

O **Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE** tem a sua sede social na Rua José António Serrano em Lisboa com o número de identificação de pessoa colectiva 508080142.

### 8.1.2. Legislação

O **Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE** é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Dec-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, resultante da fusão das Unidades Hospitalares, Centro Hospitalar Lisboa – Zona Central, Hospital de Dona Estefânia e Hospital de Santa Marta, EPE por sucessão de todos os bens, direitos e obrigações de que eram titulares as três unidades de saúde. O Centro Hospitalar de Lisboa Central a partir de 1 de Março de 2012, passou a integrar o Hospital Curry Cabral, EPE e a Maternidade Alfredo da Costa, conforme Decreto de Lei n.º 44/2012 de 23 de Fevereiro.

De acordo com o consagrado no artigo 5º daquele diploma, a sociedade rege-se, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas nos seus Estatutos, bem como nos respectivos regulamentos internos e normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas aí previstas.

### 8.1.3 Estrutura organizacional efectiva

Os órgãos sociais do Centro são compostos pelos seguintes elementos:

#### Conselho de Administração

**Presidente:** Dra. Teresa Maria da Silva Sustelo

**Vogal Executivo:** Dra. Ana Isabel Higinio Figueiredo Gonçalves

**Vogal Executivo:** Dra. Laura Maria F. S. Dâmaso Silveira

**Director Clínico:** Dr. Eduardo José Gomes da Silva

**Enfermeira Directora:** Enf.ª Ana Maria Mota Soares

Por Resolução nº2/2013 de 22 de Janeiro, do Conselho de Ministros, os membros do Conselho de Administração foram renomeados.

#### Fiscal Único

António Borges & Associados, SROC nº 69, representada pelo Dr. António Alexandre Pereira Borges, ROC nº 559

### 8.1.4. Descrição Sumária das Actividades

O **Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE** está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objecto a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, aos beneficiários dos subsistemas de saúde, entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.

O **Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE**, também tem por objecto desenvolver actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

A actividade do Centro é exercida em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, os preços praticados pelo Centro são fixados oficialmente, e a produção é contratualizada anualmente. Por razões de política nacional de saúde, são praticados preços ou tarifas inferiores às que deveriam assegurar proveitos que permitissem a cobertura dos custos totais de exploração e níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

### 8.1.5. Recursos Humanos

Desde 1 de Janeiro de 2013 até 31 de Dezembro de 2013, a Empresa manteve ao seu serviço uma média de **7.562** colaboradores. Em 31 de Dezembro de 2013, estavam ao serviço do Centro **7.423** colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e Directores das Áreas Clínicas, Áreas de Apoio Clínico, de Apoio Logístico e de Apoio Técnico, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

Pessoal ao Serviço da empresa em 31 de Dezembro de 2013		
Designação	Categoria/Serviço	Total
<b>Conselho de Administração:</b>		
Dra. Teresa Maria da Silva Sustelo	Presidente	
Dr. Eduardo José Gomes da Silva	Diretor Clínico	
Enf.ª Ana Maria Mota Soares	Enfermeira Diretora	
Dra. Ana Isabel Hígino Figueiredo Gonçalves	Vogal Executivo	
Dra. Laura Maria Figueiredo Sousa Dâmaso Silveira	Vogal Executivo	
		5
<b>Diretores das Áreas Clínicas:</b>		
José Manuel Santos Silva Videira Castro	Diretor de Área - Especialidades Cirúrgicas	
Maria Teresa Fontes Nunes Costa Graça Matias	Diretor de Área – Medicina	
João José de Carvalho Lopes dos Reis	Diretor de Área – Diagnóstico por Imagem	
Maria Aida Fraga Botelho Sousa	Diretor de Área – Hemato-Oncologia	
Maria Conceição Aguiar Costa Pedroso Botas	Diretor de Área – Urgência e Cuidados Intensivos	
Rosa Maria da Silva Machado Barros	Diretor de Área – Diagnóstico Biomédico	
Paolo Maria Casella	Diretor de Área – Pediatria Cirúrgica	
Manuel Gonçalo Cordeiro Ferreira	Diretor de Área – Pediatria Médica	
Ricardo Jorge Fuzeta Mira	Diretor de Área – Ginecologia/Obstetrícia	
Luis Manuel Facco Simões Ferreira	Diretor de Área – Pedopsiquiatria	
Maria Isabel Mimoso Antunes	Diretor de Área – Medicina Física e Reabilitação	
Maria Isabel Tavares Ribeiro Fragata	Diretor de Área – Anestesiologia	
Eduardo Manuel Barroso Garcia Silva	Diretor de Área – Cirurgia	
		13
<b>Diretores das Áreas de Apoio Clínico:</b>		
João Luis de Paiva Alves	Diretor de Área – Farmácia	
		1
<b>Diretores das Áreas de Apoio Logístico:</b>		
Maria Teresa Portela Q. M. Alvim Poole da Costa	Diretor da Área Administrativa de Recursos Humanos	
António Pedro Romano Delgado	Diretor da Área Estratégica de Recursos Humanos	
Ana Paula Garcia Borges	Diretor de Área – Gestão de Doentes	
António José Gomes Lourenço	Diretor Área – Gestão Sistemas e Tec. Informação	
Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho	Diretor Área - Planeamento Analítico e Controlo	
João Paulo Ventura Infante	Diretor de Área – Instalações e Equipamentos	
Maria João Manzano e Silva	Diretor de Área – Saúde Ocupacional	
Ana Maria Andrade Tavares	Diretor de Área – Jurídico e Contencioso	
Ana Teresa Jacinto de Oliveira Cruz	Diretor de Área – Gestão de Compras e Logística	
		9
<b>Diretores das Áreas de Apoio Técnico:</b>		
João Miguel Sousa Falcão Estrada	Diretor de Área – Internato Médico	
		1
<b>Restante Pessoal</b>		<b>7.394</b>
<b>Total</b>		<b>7.423</b>

De salientar que face a 31 de Dezembro de 2012, resultou uma dotação de 7.998 colaboradores constatando-se, assim, uma redução de 575 profissionais.



### 8.1.6 Organização contabilística

No exercício de 2013, o CHLC, EPE manteve o sistema informático de registo contabilístico SHI – Software Hospitalar Integrado, Lda, para suportar o lançamento e tratamento dos registos da contabilidade geral, analítica e orçamental. Esta aplicação funciona em versão multiposto e permite a integração da informação gerada nas seguintes aplicações:

- RHV – Recursos Humanos e Vencimentos – remunerações e seus respectivos descontos, encargos e retenções; especialização mensal de férias e subsídio de férias;
- CHC-HS – Logística e farmácia – processos de aquisição de bens, fornecimentos e serviços e imobilizado e respectivas notas de encomendas; consumos;
- SONHO – registos dos actos médicos, processamento da facturação e respectiva emissão das facturas.
- SIGEHP – Gestão de Imobilizado – amortizações, abates e ofertas

Os documentos que suportam os registos contabilísticos que originaram as “contas a pagar” e respectivos comprovativos de pagamentos são arquivados anexos às autorizações de pagamento, tendo em conta a rubrica económica e a numeração sequencial do número de caixa da despesa.

As facturas emitidas a clientes são arquivadas por entidade e por número sequencial da factura. Os documentos que suportam os registos contabilísticos que originaram as “contas a receber”, e os respectivos comprovativos de recebimento são arquivados por rubrica económica e a numeração sequencial do número de caixa da receita.

Mensalmente são lançados na contabilidade as especializações de Gastos/Perdas e Rendimentos/Ganhos referentes ao período em análise, onde se destaca a especialização mensal do Subsídio de Férias e Encargos Sociais, dos Suplementos de Remunerações, as Compras, os Fornecimentos e Serviços Externos, os Juros do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do SNS, o valor a facturar relativamente ao Contrato Programa com base na produção efectiva, a Convergência Fixa e Incentivos Institucionais e outros acréscimos de custos e proveitos expectáveis. Estes registos são suportados por Operações Diversas arquivadas por ordem numérica do documento, na AGFC.

A classificação contabilística dos processos de aquisição bens, fornecimentos e serviços externos é atribuída no início do processo de aquisição, de acordo com o bem ou o serviço a adquirir.

As notas de encomendas decorrentes do processo de aquisição são integradas na aplicação de contabilidade manualmente aquando da atribuição do compromisso de acordo com LCAP.

Os documentos externos que suportam os registos contabilísticos são recepcionados e previamente conferidos no AGFC – Sector de Conferência de Facturas, sendo posteriormente enviados ao Sector da Despesa para a respectiva contabilização.

As notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e aquelas cuja numeração não consta deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

## 8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

### 8.2.2 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As quantias relativas ao exercício de 2012 (comparativo) incluídas nas presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante da utilização do POCMS. Dado que a 1 de Março de 2012, o CHLC, EPE passou a integrar o Hospital Curry Cabral e Maternidade Alfredo da Costa, os mapas apresentados, integram os valores das 3 instituições em 2012, para ser possível a sua comparabilidade.

### 8.2.3 Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

#### 8.2.3.1 Critérios Valorimétricos utilizados

Os principais critérios valorimétricos foram os seguintes:

##### a) Imobilizações

Imobilizações corpóreas

Estão registadas pelos valores de aquisição, ajustadas do aumento/diminuição resultante das avaliações efectuadas, líquido de amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas de acordo com o CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de Abril).

As Imobilizações comparticipadas por Subsídios Comunitários são amortizadas na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do CHLC, EPE, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pela amortização das participações registadas na Rubrica de Acréscimos e Diferimentos - Subsídio para Investimentos.

### **b) Existências**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que integram o respectivo imposto sobre o valor acrescentado. Utiliza-se o custo médio ponderado como método de custeio dos consumos e saídas de armazém.

Existe provisão para depreciação de existências para todos os produtos que não registaram movimentos no exercício, com a exceção de artigos que têm de existir em stock para o caso de virem a ser necessários, sendo esta situação muito pontual.

Não houve alteração de critério em relação ao exercício anterior.

### **c) Dívidas de Terceiros**

Clientes:

As dívidas a receber de clientes estão registadas pelo valor da transacção real.

### **d) Acréscimos e diferimentos**

O Centro regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

O Centro regista nestas rubricas do Activo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período ainda não facturados, relativos a internamentos e actos médicos;
- O montante actualizado dos encargos com férias e subsídio de férias, cujos direitos já se venceram, mas cujo pagamento ainda não é devido;
- Juros a receber provenientes de aplicações financeiras em depósitos a prazo;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respectivo período de vigência;
- Subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações, reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

#### e) Imposto sobre o rendimento (IRC)

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efectuada de acordo com o método do imposto a pagar, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita. No caso em apreço, atendendo, à existência de prejuízos fiscais, o imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

#### f) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporais entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

### 8.2.3.2 Métodos de cálculo utilizados

#### a) Amortizações

Os bens do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo são amortizados de acordo com as taxas da Portaria 671/2000, de 17 de Abril e de acordo com o Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada dos bens em funcionamento, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	Anos	% anual
Edifícios e outras construções	80 a 20	1,25 a 5
Equipamento básico	8 a 3	12,5 a 33,33
Equipamento transporte	8 a 4	12,5 a 25
Ferramentas e utensílios	7 a 4	14,28 a 25
Equipamento administrativo	8 a 4	12,5 a 25
Outras imobilizações corpóreas	8 a 4	12,5 a 25

Os bens com valor unitário inferior a 274,62 euros são amortizados integralmente no decurso do ano de aquisição.

## b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Provisões para clientes de cobrança duvidosa
  - Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:
  - Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
  - Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
  - Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
  - Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de dois anos.

Para as dívidas de clientes privados em mora há menos de 6 meses, não foi efectuado qualquer provisão.

De acordo com este critério, o Conselho de Administração entendeu que ficavam acauteladas, com razoável segurança, os riscos de crédito associados, pelo que se procedeu a um aumento da provisão existente, no montante de 978.523,24 €. Deste modo, a provisão constituída para estes fins ascende, em 31 de Dezembro de 2013, a 18.882.871,76€.

- Provisões para depreciação de existências

O valor total da provisão em 2013 é de 296.049,81€, tendo a mesma sido reduzida no montante de 418.216,51€, correspondente ao valor das existências que não registaram qualquer movimento no decurso do exercício de 2013, conforme anteriormente referido.

- Provisões para riscos e encargos

Foi constituída uma provisão considerando a situação dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo opinião técnica do causídico, em 31 de Dezembro de 2013, numa óptica de prudência.

De acordo com as estimativas efectuadas, foi apurado um montante potencial de responsabilidades máximas expectáveis de 3.684.722,62€uros, o qual está provisionado.

Consequentemente, foi efectuado o aumento de 570.223,44€uros, face ao montante de provisões para estes fins existente nas demonstrações financeiras das três entidades que antecederam o Centro.

Foi reduzida a provisão para riscos em encargos, relativo a dívidas que a entidade pode ter que assumir o respectivo encargo num montante de 579.200 €uros.

- Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência

De acordo com o ofício nº GAC-I de 14 de Janeiro de 2010 da Caixa Geral de Aposentações, e tendo presente o disposto no artigo 159º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2011), os encargos em pensões relativas aos aposentados cuja inscrição na CGA tenha ocorrido nos termos do Decreto Lei nº 301/79, de 18 de Agosto, deixaram de ser imputados ao CHLC, EPE, passando a ser devidos à CGA pela Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

#### d) Impostos

O Centro encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de 1,5% pela aplicação da Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Centro encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Dada a existência de prejuízos fiscais, o montante de imposto apurado no exercício decorre apenas das situações sujeitas a tributação autónoma. Contudo, dada a existência de retenções na fonte efectuadas por terceiros, o Centro tem a pagar, relativas a IRC, o montante de 37.921,06 €uros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções,

reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais do Centro referentes ao exercício de 2009 a 2013, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

### Impostos diferidos

Por não existirem na empresa situações materialmente relevantes que gerem diferenças temporais entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística, e atendendo a que, numa óptica prudencial, não se perspectiva que os prejuízos fiscais reportáveis possam ser substancialmente recuperados no horizonte temporal legalmente admissível, não foram reconhecidos impostos diferidos.

No final de 2013, os prejuízos fiscais serão decorrentes do exercício de 2009 a 2013 e dos transferidos do Hospital de Santa Marta, susceptíveis de reporte até **5 anos**. No entanto, conforme referido, o Centro não reconheceu contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos activos.

## 8.2.6 Movimento ocorrido nas contas de despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento

Conta	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
431	Despesas de instalação	162.122,60	0,00	0,00	162.122,60
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.2.7 Movimento do Activo imobilizado

Durante o exercício o movimento ocorrido com a rubrica imobilizações e respectivas amortizações e provisões foi o seguinte:

Activo Bruto						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	162.122,60				0,00	162.122,60
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00				0,00	0,00
	<b>162.122,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>162.122,60</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	14.559.087,04					14.559.087,04
Edifícios e outras construções	123.154.119,09		1.359.412,68		345.595,77	124.167.936,00
Equipamento básico	114.259.418,38		689.978,81		955.378,86	113.994.018,33
Equipamento de transporte	298.643,32					298.643,32
Ferramentas e utensílios	317.754,91		131,89		528,09	317.358,71
Equipamento administrativo	22.728.945,61		590.009,55		133.842,31	23.185.112,85
Taras e vasilhame	4.664,66					4.664,66
Outras imobilizações corpóreas	1.697.377,45		3.228,12		130,57	1.700.475,00
Imobilizações em curso	645.595,35		468.196,17		493.658,72	620.132,80
	<b>277.665.605,81</b>	<b>0,00</b>	<b>3.110.957,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.929.134,32</b>	<b>278.847.428,71</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00				0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>277.827.728,41</b>	<b>0,00</b>	<b>3.110.957,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.929.134,32</b>	<b>279.009.551,31</b>

Amortizações e Provisões				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Transf. entre contas e abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>				
Despesas de instalação	162.122,60		0,00	162.122,60
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00		0,00	0,00
	<b>162.122,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>162.122,60</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>				
Edifícios e outras construções	62.632.684,47	2.777.815,66		65.410.500,13
Equipamento básico	89.267.511,13	8.609.869,86	953.961,80	96.923.419,19
Equipamento de transporte	257.669,85	15.932,71		273.602,56
Ferramentas e utensílios	303.075,66	10.721,12	528,09	313.268,69
Equipamento administrativo	19.872.005,68	1.623.250,51	11.241,91	21.484.014,28
Taras e vasilhame	4.236,82	43,57		4.280,39
Outras imobilizações corpóreas	1.394.750,58	157.280,93	130,57	1.551.900,94
	<b>173.731.934,19</b>	<b>13.194.914,36</b>	<b>965.862,37</b>	<b>185.960.986,18</b>

## 8.2.12 Imobilizações corpóreas em curso

O valor do imobilizado corpóreo em curso em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 620.132,80 €uros e refere-se principalmente as seguintes situações:

-Obras de Beneficiação do Internamento de Neurocirurgia; Empreitada de Recuperação da Abóbora da Igreja do Hospital de Santa Marta; Licenciamento do PACS; Empreitada de substituição do elevador do Hospital São José; Substituição integral dos ascensores da Mac; Empreitada de remodelação da enfermaria da Pediatria Medica 5.1, Unidade de Cuidados Intermédios Neonatais; Obra de beneficiação para ampliação da zona de espera da consulta de obstetrícia do HDE.



## 8.2.15 Bens do Domínio Público

A maioria dos edifícios onde estão instalados os serviços do Centro é do domínio público, não estando incluídos nas demonstrações financeiras, pelo que apenas são reconhecidas contabilisticamente, e amortizadas, as benfeitorias e outras obras de conservação neles realizadas.

## 8.2.18 Depósitos Bancários

Depósitos em Instituições Financeiras	Exercícios	
	2012	2013
12 - Depósitos à ordem	1.843.589,53	490.037,68
131 - Contas de Tesouro	6.251.425,04	4.937.417,12
132 - CEDIC	7.500.000,00	6.000.000,00
<b>Total</b>	<b>15.595.014,57</b>	<b>11.427.454,80</b>

As contas da Banca Comercial, destinam-se ao recebimento das taxas moderadoras, através de pagamentos por multibanco.

## 8.2.23 Dívidas de Cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2013 existem dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica de dívidas de terceiros constantes no Balanço, de acordo com o seguinte quadro:

Rubrica de dívidas de terceiros	Montantes	
	2012	2013
Entidades privadas	9.886.943,12	8.490.915,47
Entidades do sector público administrativo	352.437,03	251.450,95
<b>Total</b>	<b>10.239.380,15</b>	<b>8.742.366,42</b>

O valor inscrito na rubrica 218 – Dívidas de Cobrança Duvidosa diz respeito apenas às situações que se encontram em contencioso. Adicionalmente existem também na rubrica de Clientes de conta-corrente valores em mora, os quais foram provisionados de acordo com a nota 8.2.3.2 Métodos de cálculo utilizados b).

### 8.2.24 Dívidas activas e passivas com o Pessoal (valores em euros)

Dívidas com o pessoal	2012	2013
<b>Dívidas activas</b>	<b>1.882,66</b>	<b>135,01</b>
Adiantamentos ao pessoal	1.882,66	135,01
<b>Dívidas passivas</b>	<b>30.610.343,93</b>	<b>28.873.244,92</b>
Outras operações com o pessoal	895.248,04	977.743,93
Encargos com férias e subsídio de férias e outros custos	29.715.095,89	27.895.500,99

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, encontram-se registados neste exercício o valor estimado relativo a Férias e Subsídio de Férias vencidos com a prestação de trabalho de 2013, a colocar à disposição dos colaboradores em 2014, e respectivos encargos sobre remunerações, Horas Extraordinárias e Noites e Suplementos de Dezembro a pagar em Janeiro e outros custos com pessoal expectáveis.

### 8.2.26 Dívidas do estado em mora

A empresa não tem contribuições em mora à Segurança Social, nem impostos ou outras dívidas ao Estado.

### 8.2.31 Movimento ocorrido com provisões

Durante o exercício de 2013 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
291 - Provisões para cobranças duvidosas	17.904.348,52	978.523,24	0,00	18.882.871,76
292 - Provisões para riscos e encargos	4.636.699,18	570.223,44	943.000,00	4.263.922,62
39 - Provisões para depreciação de existências	714.266,32	0,00	418.216,51	296.049,81
<b>Total</b>	<b>23.255.314,02</b>	<b>1.548.746,68</b>	<b>1.361.216,51</b>	<b>23.442.844,19</b>

## 8.2.32 Variação das contas de Fundos Próprios

A 1 de Março de 2012, o Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE passou a integrar o Hospital Curry Cabral, EPE e a Maternidade Alfredo da Costa, através do Decreto Lei nº 44/2012 de 23 de Fevereiro, tendo o valor do capital estatutário sido alterado para 95.322.302 €uros, conforme previsto no Artigo 3º do referido diploma.

Existe ainda um valor inscrito nesta rubrica de 3.241.281,40 €uros, referente ao saldo transitado da Maternidade Alfredo da Costa.

O movimento ocorrido nas contas de fundos próprios durante o ano de 2013 foi o seguinte:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Transferências	Ajustamentos	Redução	Saldo Final
51 - Capital Estatutário	98.563.583,40			0,00		98.563.583,40
562 - Reservas de Avaliação de Imobilizações Corpóreas	5.178.847,06			0,00		5.178.847,06
571 - Reservas Legais	871.963,04			0,00		871.963,04
574 - Reservas Livres	39.162.295,44			0,00		39.162.295,44
575 - Subsídios	11.669.319,72			0,00		11.669.319,72
576 - Doações	6.615.034,59	101.430,90				6.716.465,49
577 - Reservas decorrentes transferencia de activos	6.605.748,30					6.605.748,30
59 - Resultados transitados	-236.562.622,02		-40.861.151,97	3.145.503,00		-274.278.270,99
88 - Resultado líquido do exercício	-40.861.151,97		40.861.151,97	0,00		-15.456.332,40

Na Constituição do Centro Hospitalar Lisboa Central, o Capital Estatutário atribuído foi de 60.446.000,00 €uros, sendo 29.930.000,00 do Capital Estatutário do Hospital de Santa Marta e de 30.516.000 €uros da dotação atribuída em 2007, e a subscrição nos anos de 2008 e 2009, 20.932.000 €uros e de 5.092.000 €uros respectivamente. A 23 de Julho a RCM nº 116/2008, aprova a revisão do calendário de subscrição do Capital, distribuindo as verbas prevista para mais um ano, passando a ser no ano de 2008 o montante de 11.109.000 €uros, no ano de 2009 o montante de 5.658.000 €uros e para o ano de 2010 o montante de 8.717.000 €uros. Até ao ano de 2013, ainda não se encontra realizado o valor atribuído para o ano de 2010, no montante de 8.717.000 €uros conforme definido na RCM de 116/2008 de 23 de Julho.

A rubrica 576 – Doações reflecte o valor das doações efectuadas ao CHLC, EPE, e que em 2013 se cifra num montante de 101.430,90€uros.

Os ajustamentos ocorridos em Resultados Transitados decorrem das seguintes situações:

- Correção do valor do PIDDAC relativo ao Hospital Curry Cabral num montante de 3.145.503 €uros;

### 8.2.33 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	M.Primas, Subsid. e de Consumo
Existências iniciais		16.053.395,74
Compras		137.077.852,18
Regularizações		417.369,92
Existências finais		17.700.945,32
Custo das mercadorias vendidas		135.847.672,52

No valor das compras, foi considerado a regularização do Rappel concedido pelos fornecedores no ano de 2013, no montante de 6.003.892,26 €uros, o montante de 9.329.343,66 €uros de descontos comerciais, decorrente do Acordo entre os Ministérios da Saúde e da Economia e a Apifarma.

De acordo com a legislação em vigor, o CHLC dispensa a doentes externos medicamentos da artrite reumatóide, não sendo estes custos decorrentes da actividade normal da Instituição, procedeu-se ao abatimento na rubrica de compras em 987.041,19 €uros por contrapartida Outros Custos e Perdas Extraordinárias.

Este movimento contabilístico, teve em consideração a recomendação inscrita no Despacho de Aprovação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2009, ponto iii) na alínea d) e do Fiscal Único.

Os consumos do período representam a totalidade das saídas dos armazéns para os Serviços requisitantes, independentemente do seu consumo efectivo na data da requisição.

### 8.2.35 Vendas e prestações de serviços por actividade e por mercados geográficos

Vendas e Prestação de Serviços	2012	2013
Vendas	15.552,00	0,00
Mercadorias	15.552,00	
<b>Prestação de serviços</b>	<b>355.484.318,65</b>	<b>376.430.316,38</b>
Internamento	162.046.954,68	164.149.288,48
Consultas	95.122.013,33	104.327.690,30
Urgência/Sap	28.648.341,71	26.044.141,60
Hospital de dia	4.036.728,36	1.150.800,71
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	3.252.769,79	3.276.691,73
GDH Ambulatório	31.817.299,01	24.630.804,48
Taxas moderadoras	5.392.274,30	5.511.686,93
Outras prestações de serviços	25.167.937,47	47.339.212,15
<b>Total das vendas e prestação de serviços</b>	<b>355.499.870,65</b>	<b>376.430.316,38</b>

No exercício, a empresa prestou serviços exclusivamente em Portugal.

### 8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	2012		2013		Proveitos e ganhos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
681 - Juros suportados	1.475.367,70	1.828.558,28	781 - Juros obtidos	93.867,79	39.652,62	
682 - Perdas empresas grupo e associadas			782 - Ganhos empresas grupo e associadas	0,00	0,00	
684 - Provisão para aplicações Financeiras	92,25	0,00				
685 - Diferenças câmbio desfavoráveis	448,07	1.503,13	785 - Diferenças câmbio favoráveis	988,77	474,94	
686 - Descontos p.p. Concedidos			786 - Descontos p.p obtidos	161.556,12	252.268,03	
688 - Outros custos perdas financeiros	37.895,09	42.489,80	788 - Reversões Outros prov. ganhos fin.	2.936.937,85	48,17	
Resultados financeiros	1.679.547,42	-1.580.107,45				
	3.193.350,53	292.443,76		3.193.350,53	292.443,76	

Os descontos de pronto pagamento conseguidos resultam das negociações com os fornecedores no momento do pagamento.

## 8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2012	2013		2012	2013
691 - Transferências de capital concedidas			791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis	468.281,48	1.996.979,90	792 - Recuperação de dívidas	1.080,50	216,30
693 - Perdas em existências	1.252.064,08	592.088,29	793 - Ganhos em existências	997.375,76	1.037.897,61
694 - Perdas em imobilizações	18.595,63	1.417,06	794 - Ganhos em imobilizações	91.976,00	0,00
695 - Multas e penalidades	9.665,39	137.741,05	795 - Benefícios de Penalidades Contratuais	2.451,09	2.892,35
696 - Aumento de amort. e prov.	0,00	0,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	707.903,53	1.361.216,51
697 - Correções relativas exerc. anterior	10.599.942,00	4.840.034,17	797 - Correções relativas exer. anteriores	12.033.068,86	7.372.384,36
698 - Outros custos perdas extraordinários	783.885,03	1.134.976,36	798 - Outros proveitos ganhos extraord.	2.042.039,85	2.836.611,41
Resultados extraordinários	2.743.461,98	3.907.981,71			
	<b>15.875.895,59</b>	<b>12.611.218,54</b>		<b>15.875.895,59</b>	<b>12.611.218,54</b>

## 8.2.39 Outras informações relevantes

### a) Estado e Outros Entes Públicos

	2012	2013
<b>Activo</b>		
I.R.C. - Pagamento normal por conta	0,00	0,00
I.R.C. - Pagamento especial por conta	350.000,00	420.000,00
I.R.C. - Retenções efectuadas por terceiros	18.220,57	12.317,60
I.R.C. - A recuperar	58,05	58,05
Imposto de Selo	0,00	
I.V.A.	0,00	
Outras tributações	0,00	
<b>Total</b>	<b>368.278,62</b>	<b>432.375,65</b>
<b>Passivo</b>		
I.R.C. - Imposto estimado	45.325,83	52.277,50
I.R.C. - Imposto a recuperar	7,82	7,82
I.R.S. - Trabalho dependente	2.233.029,00	2.825.897,00
I.R.S. - Trabalho independente	6.857,92	2.645,44
I.R.S. - Prediais		
I.R.S. - Sobre outros rendimentos	8.251,00	7.308,00
I.V.A.	161.233,80	223.010,13
Imposto de Selo		
Contribuições para a Segurança Social-ADSE	0,00	0,00
Caixa Geral de Aposentações	1.866.565,42	2.554.163,24
Seg. Social Func. Públicos - Regime Geral	1.490.424,87	1.520.958,12
Outras contribuições	12.112,05	13.199,44
<b>Total</b>	<b>5.823.807,71</b>	<b>7.199.466,69</b>

## b) Dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2013 tinham a seguinte composição:

	2012	2013
<b>Fornecedores</b>		
221 - Fornecedores c/c	156.435.596,17	156.854.418,90
228 - Fornecedores facturas em recepção e conferência	9.920.867,49	10.408.275,04
<b>Total</b>	<b>166.356.463,66</b>	<b>167.262.693,94</b>
<b>Outros credores</b>		
2611 - Fornecedores de imobilizado	9.034.137,18	6.263.818,59
219 - Adiantamento de clientes	360.457,96	359.635,02
23 - Empréstimos Obtidos	79.189.412,18	81.017.182,78
24 - Estado e outros entes públicos	5.823.807,71	7.199.466,69
262/9 - Outros credores diversos	30.270.248,59	23.934.864,88
<b>Total</b>	<b>124.678.063,62</b>	<b>118.774.967,96</b>

## c) Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica tem o desenvolvimento que se apresenta no quadro seguinte:

	2012	2013
<b>Activo</b>		
<b>Acréscimo de Proveitos</b>	<b>14.890.043,56</b>	<b>19.336.834,12</b>
Outros acréscimos de proveitos	14.881.880,39	19.328.670,95
Juros a receber	8.163,17	8.163,17
<b>Custos Diferidos</b>	<b>516.152,93</b>	<b>406.823,78</b>
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Outros custos diferidos	516.152,93	406.823,78
<b>Passivo</b>		
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>30.954.623,83</b>	<b>33.988.351,27</b>
Estimativa Férias e Subs. Férias e outros custos com pessoal	29.715.095,89	27.895.500,99
Outros Acréscimos de Custos	1.239.527,94	6.092.850,28
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>12.267.986,65</b>	<b>7.286.886,78</b>
Subsídios para investimentos	12.288.196,54	7.307.096,67
Outros proveitos diferidos	-20.209,89	-20.209,89

#### d) Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo desta conta é composto essencialmente por:

Fornecimentos e Serviços Externos	2012	2013
Subcontratos	6.573.166,73	5.269.887,33
Electricidade	3.617.466,67	3.655.053,02
Água	1.350.860,95	1.136.094,11
Outros fluidos	2.777.235,48	3.033.441,54
Comunicação	970.512,27	765.759,65
Honorários	422.272,17	53.830,66
Conservação e reparação	10.877.406,21	11.039.974,86
Limpeza, higiene e conforto	6.624.181,32	6.309.435,94
Trabalhos especializados	14.485.798,39	11.602.873,57
Outros	9.382.923,77	8.296.770,81
<b>Total</b>	<b>57.081.823,96</b>	<b>51.163.121,49</b>

#### e) Custos com Pessoal

O saldo desta conta é composto essencialmente por:

Custos com Pessoal	2012	2013
<b>Conselho de Administração</b>	<b>493.342,75</b>	<b>364.251,30</b>
Remunerações base	391.680,65	227.016,62
Subsídios de férias e natal	21.669,54	58.758,52
Suplementos de remunerações	79.992,56	78.476,16
Prestações sociais directas		
<b>Restante Pessoal</b>	<b>210.927.366,17</b>	<b>210.560.836,05</b>
Remunerações	125.689.038,77	121.112.790,03
Suplementos de remunerações	40.443.620,73	29.396.842,42
Prestações sociais directas	266.268,83	272.276,86
Subsídios de férias e natal	11.848.877,40	21.066.732,94
Pensões	547.627,87	692.411,65
Encargos sobre remunerações	30.435.337,01	36.423.957,66
Seguro acidentes trabalho	280.695,14	542.038,38
Outros custos com o pessoal	1.415.900,42	1.053.786,11
<b>Total</b>	<b>211.420.708,92</b>	<b>210.925.087,35</b>

#### f) Remunerações dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, foram as que constam no quadro seguinte:

Remunerações - Órgãos Sociais	Montantes
Conselho de Administração	364.251,30
Fiscal Único	11.108,42

À remuneração do Fiscal Único acresce o IVA à taxa em vigor.



g) Factos subsequentes à data de balanço

Desde 31 de Dezembro até à presente data não ocorreu nenhum facto relevante que pudesse alterar significativamente as demonstrações financeiras do Centro.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Apenas nos referimos aos pontos 2, por os restantes não se aplicarem.

## 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2012	2013
Numerário	26,91	8.043,42
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	15.595.014,57	11.427.454,80
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes		
Outras disponibilidades (Depósitos a prazo)	0,00	0,00
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>15.595.041,48</b>	<b>11.435.498,22</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração